

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

REPRESENTAÇÃO Nº 08, DE 2021.

(Processo nº 28/21, de 2021).

Representantes Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e Partido Socialista Brasileiro – PSB.

Representado: Deputado Federal Daniel Lucio da Silveira.

Relatora: Deputada Federal Professora Rosa Neide.

I – Relatório.

Trata-se de processo ético disciplinar instaurado junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, a fim de apurar denúncias veiculadas em Representação formulada pelas agremiações partidárias signatárias e apoiadas por alguns Congressistas (Deputados e Senadores), em desfavor do Deputado Federal **Daniel Silveira – PSL/RJ**, em razão de suposta prática de ato atentatório ao decoro parlamentar.

Na Representação aviada, os Representantes fazem um rápido histórico da crise sanitária decorrente da Pandemia da Covid-19, retratando a realidade existente em junho de 2020, onde trazem dados acerca dos casos

registrados e mortes ocorridas. Fazem ainda, os autores da Representação, uma contextualização de manifestações de apoiadores do Presidente da República, invariavelmente com a presença deste, onde ocorrem, segundo o texto, apologia à volta da ditadura militar e se atacam os Poderes constituídos, especialmente o Supremo Tribunal Federal.

Concluem os autores da Representação, que foi nesse contexto de escalada autoritária, que o Representado fez uma postagem em suas redes sociais (Twitter), onde mais uma vez, de forma agressiva, assacou ameaças aos manifestantes integrantes do movimento denominado “antifascistas”.

Destacam, os Representantes, trechos da postagem do próprio Representado, em que este confirma ter estado presente na manifestação ocorrida no dia 31 de maio de 2020, em Copacabana (RJ) e de onde se originaram as falas e ações posteriormente consignadas na Representação ora em análise.

Continuam os Representantes asseverando que tais condutas são useiras no comportamento do Representado. Destacam, como argumento de reforço dessas práticas que consideram reprováveis, o fato de o Representado já estar sendo investigado nos autos do Inquérito nº 4781 (em tramitação no Supremo Tribunal Federal), em que se apuram disseminação de Fake News, ameaças aos Ministros da Corte Suprema e às Instituições democráticas.

Noticiam ainda, o episódio em que o Representado, durante a campanha eleitoral de 2018, onde já era candidato ao cargo de Deputado Federal, juntamente com outra pessoa, quebrou uma placa que homenageava a Vereadora Marielle Franco, executada em março de 2018. Os Representantes trazem à baila, por outro lado, discurso que consideram racista, proferido pelo Representado em 2019, no Plenário da Câmara dos Deputados, às vésperas do Dia da Consciência Negra, além de noticiarem, também da parte do Representado, comportamentos contrários às medidas sanitárias (não uso de máscaras) mundialmente recomendadas para o combate e controle da Covid-19.

Fazem referência à propositura de projeto de lei pelo Representado, onde este objetivava alterar a Lei do Terrorismo, para tipificar no rol dos crimes ali delineados, as manifestações promovidas pelos grupos denominados “antifascistas”.

Destacam os Representantes, ademais, que o Deputado Representado já deixou pública sua predileção pela ruptura da ordem democrática, como suposta solução para o “conserto” do Brasil, o que contrasta, à toda evidência, com a ordem constitucional e o vigente Estado Democrático de Direito.

Por fim, os Representantes discorrem sobre as agruras de um regime de exceção (ditadura) e fazem a contraposição com as conquistas democráticas inauguradas com a Constituição de 1988, para concluírem que

as ações e comportamentos reiterados do Representado não encontram abrigo na imunidade material delineada na Carta Federal e devem ser sindicados à luz do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

O parecer preliminar desta Relatora, que opinou pela continuidade da investigação foi aprovado pelo Colegiado por larga maioria. No prazo regimental, foi aprovado o Plano de Trabalho proposto pela Relatoria.

O Representado requereu a oitiva de 08 testemunhas. Essa relatoria não indicou testemunhas a serem ouvidas. Já no decorrer da instrução, foram ouvidas, na assentada de 27 de maio de 2021, as testemunhas de defesa Herbert de Souza Cohn e Alessandro Lemos Passos.

No dia 1º de junho de 2021, foram colhidos os depoimentos das testemunhas de defesa João Daniel Silva e Marcelo Rocha Monteiro. Por fim, no dia 09 de junho de 2021, foi ouvido a testemunha Elitusalém Gomes de Freitas e, na mesma oportunidade, colhido o depoimento e a defesa do Deputado Representado.

O Representado solicitou a dispensa da testemunha de defesa Michele Dias Alves. A testemunha Hugo Fizler Chaves Neto foi substituída pela Deputada Federal Major Fabiana, que não estava disponível na data agendada para a sua oitiva. Assim, a instrução foi encerrada no dia 09 de junho de 2021.

Em breve síntese, é o nosso relatório.


Deputada Federal Prof. Rosa Neide
Relatora

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

REPRESENTAÇÃO Nº 08, DE 2021.

(Processo nº 28/21, de 2021).

Representantes Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Joenia Batista de Carvalho, Fernanda Melchionna, Alessandro Lucciola Molon, Randolph Frederich Rodrigues Alves, Fabiano Contarato, Tabata Cláudia Amaral de Pontes, José Nobre Guimarães e Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça.

Representado: Deputado Federal Daniel Lucio da Silveira.

Relatora: Deputada Federal Professora Rosa Neide.

II – Voto.

É preciso esclarecer inicialmente, que não cabe a essa Relatoria ou a esse Conselho de Ética sindicarem as condutas do Representado, descritas na Representação, à luz do Código Penal ou do Código de Processo Penal.

Quaisquer ações ou comportamentos que tipificarem, em tese, delitos criminais ou responsabilidades administrativas, deverão ser analisados nas esferas judiciais ou legais pertinentes, não havendo, qualquer relação de dependência ou prejudicialidade entre as instâncias de investigação (Ética ou judicial).

Nessa perspectiva, desimporta para fins dessa investigação ético-disciplinar, auscultar se o Deputado, do ponto de vista criminal, deu azo ou não à tipificação do crime de ameaça ou a qualquer outro delito capitulado na codificação penal ou em alguma legislação penal ou processual penal esparsa ou se, numa determinada situação, em tese considerada, estaria ao abrigo da excludente de ilicitude da legítima defesa.

Desnecessário, por outro lado, trazer à baila nesse voto um debate histórico, ideológico ou filosófico sobre fascismo e/ou antifascismo, na perspectiva vivenciada hodiernamente pelo País, sem adotar posições ou paixões políticas, muito embora essa Relatoria se posicione ao lado daqueles que fazem a defesa intransigente das Instituições e do regime democrático, contra qualquer forma de opressão, dominação, obscurantismo, negacionismo ou discursos de ódio.

Assim, os conceitos e as consequências de um e de outro são conhecidos e o caminhar da sociedade, muitas vezes com dores, sofrimentos, mortes e prejuízos irreparáveis para as Nações e os seus nacionais, se

encarregarão de fazer esses julgamentos e as autoridades constituídas, se for o caso, promover as responsabilidades devidas.

Desta feita, o que se busca avaliar nesse Conselho de Ética, independentemente da eventual tipificação penal, é a postura das ações e manifestações que o Representado, na condição de Parlamentar, faz e promove nas redes sociais e em outros espaços públicos e privados, que de alguma forma possam embaraçar a higidez e a dignidade da representação popular, quando confrontados com os comportamentos e as regras éticas e deônticas que orientam, à luz do senso comum médio, as atitudes esperadas por um Deputado Federal.

Adentrando no mérito propriamente dito dessa investigação ética, é de se afirmar inicialmente que as oitivas realizadas durante a instrução processual e procedimental nada agregaram, em nossa avaliação, à defesa do Parlamentar Representado.

Longe de afastarem, justificarem ou explicarem, na realidade do Representado nesse processo ético, aqueles comportamentos reprováveis descritos na petição que baliza a inicial, as testemunhas arroladas pelo Deputado Daniel Silveira, em sua quase totalidade, vieram a esse colegiado reiterar e reafirmar as posturas, as ações e as crenças reverberadas por ele nas redes sociais e em suas manifestações públicas e privadas, reforçando, portanto, um *modus operandi* que se mostra, consoante se verá mais adiante,

perigoso e negativo para o regular e democrático exercício do mandato popular.

O que se viu na instrução probatória produzida pela defesa, é que as testemunhas arroladas se alinham totalmente ao comportamento e à postura agressiva, ameaçadora, intimidadora veiculada pelo Representado nas redes sociais e em seus espaços de manifestação, de modo que acreditam, sinceramente, que esse caminhar, de um lado, esteja abarcado pela imunidade parlamentar material e, conseqüentemente, pela liberdade de expressão e manifestação e, de outro, que tais práticas são legítimas, por se voltarem contra grupos que classificam, em geral, como ilegais, terroristas etc, muito embora antifascistas, cuja conclusão democrática, nesse último caso, dispensa mais elucubrações.

Nesse diapasão, a testemunha João Daniel Silva, que agiu de modo inapropriado perante as Deputados e Deputados, praticamente se alinhou aos comportamentos que foram hostilizados na Representação, como se pode observar nos seguintes pontos de seu depoimento:

(...)

Primeiro, eu não entendo que estavam se manifestando a favor do Estado Democrático de Direito e contra o fascismo. A senhora, como professora, deve saber muito bem o que é fascismo, e nós não vivemos num Estado fascista no Brasil, por favor.

Eu não estou batendo boca, Deputado. Eu não estou batendo boca. Essa pergunta é tendenciosa, sim. Eu sou um estudante de direito. Eu não sei se os senhores aqui são formados em direito, estudam direito, sabem o que é direito, o que é ordenamento jurídico, mas a pergunta é tendenciosa. Então, a minha resposta é... Se quiser anotar aí a resposta, anote. A minha resposta é a seguinte: essa pergunta é tendenciosa. Portanto, não irei responder.

Outra coisa que eu ouvi aí falando no... a Relatora... por não usar máscara, seria um negacionista. Temos inúmeras pesquisas que demonstram que as máscaras têm baixa eficácia para proteger contra a COVID. Claro, aqui ninguém está falando para as pessoas não usarem máscara. Cada um faz o que quiser. Contudo, já existem estudos dizendo que a máscara tem baixa eficácia contra a COVID. Esses dados, essas pesquisas, esses estudos, o CDC, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, por exemplo, no início do ano, disse que, para uma eficácia de aproximadamente 75%, é necessário usar três máscaras, para você ter uma eficácia de aproximadamente 75%, ou seja, uma máscara tem uma eficácia extremamente baixa. Não se pode dizer aqui que máscara salva vidas, ao contrário, e

aí dizem que isso é negacionismo. Os mesmos tentam impedir, principalmente o PT, em várias cidades ao redor do País, tentam impedir o tratamento profilático e precoce, que poderia ter salvado milhares de vidas no Brasil. Isso, sim, é negacionismo. Agora, uma declaração médica embasada no entendimento de pesquisas científicas que mostram que as máscaras têm baixa eficácia, isso não é negacionismo. Negacionismo é negar às pessoas, negar ao médico o livre convencimento de fazer o tratamento ali que ele entender que seja o melhor para salvar a vida do paciente dele. Isso o PT faz muito bem, entrando com ações, em várias cidades do País, tentando barrar o tratamento profilático e precoce e perseguindo os médicos que orientam assim os seus pacientes. (...)" (grifos nossos).

Já a testemunha João Daniel Silva trilhou o mesmo caminho de defesa das convicções e das ações do Deputado Representado, como se vê do trecho abaixo, quando indagado pelo Advogado de Defesa:

"(...)

O SR. JOÃO DANIEL SILVA - Jamais. Primeiro, como eu expliquei... A Deputada Rosa Neide, Relatora, parece-me que é professora, não sei de qual matéria, mas uma Deputada tem que conhecer bem de história, né? Parece-me que há uma deficiência geral no Brasil, uma

deficiência cognitiva — não me refiro aqui diretamente à Deputada —, digo no Brasil mesmo. Eu venho de escola pública, posso falar pelos meus pares. Meu professor de História ia dar aula vestido com a camisa do PT. Então, assim, não sabem sequer o que é fascismo. Não sabem nem escrever fascismo. Escrevem errado. Não sabem o que é fascismo. Primeira coisa que um governo fascista faz... (...)" (grifos nossos).

Não agiu de forma diversa a testemunha Alessandro Lemos Passos Loiola (médico), consoante trechos que destacamos:

"(...)

O SR. ALESSANDRO LEMOS PASSOS LOIOLA - Desconheço o fato de ele ter relativizado a pandemia. E, com relação à Lei nº 14.019, eu acredito que nós dois compartilhamos a mesma opinião. Eu não posso falar por ele, mas eu falo por mim: o uso obrigatório de máscaras é um equívoco, especialmente em crianças.

O SR. ALESSANDRO LEMOS PASSOS LOIOLA - De maneira alguma. Mas o fato de um determinado texto estar escrito em lei não significa que aquele texto é ético, moral e correto. Havia leis segregacionistas na Alemanha nazista, e o fato de aquelas leis estarem escritas em

papéis não as torna corretas. A Lei nº 14.019 foi feita sem o menor fundamento científico. Simplesmente não existem estudos duplo-cegos, multicêntricos, placebo-controlados ou metanálises demonstrando, acima de qualquer dúvida aceitável, que o uso de máscaras é eficaz para diminuir a transmissibilidade ou o número total final de mortos. Então, essa foi mais uma lei criada, assinada e aprovada por um processo de ansiedade, angústia e histeria do que fundamentada em preceitos científicos. É por isso que eu discordo dela. (...)” (grifos nossos).

Por fim, a testemunha Elitusalém Gomes de Freitas, que disse não conhecer os fatos e nem ter assistido ao vídeo que fundamenta a iniciativa disciplinar, veio a esse Conselho de Ética apenas para avaliar as crenças e às ações que vem sendo perpetradas pelo Deputado Representado, alinhando-se, em nossa visão, ao comportamento apontado como indecoroso nessa Representação. Nesse sentido, destacamos os seguintes excertos das respostas da mencionada testemunha:

“(…)

O SR. ELITUSALÉM GOMES DE FREITAS - Bom, o entendimento... na verdade, a minha opinião é irrelevante perante o entendimento constitucional. Inclusive o

Ministro Alexandre de Moraes, que viola diversas vezes a Constituição Federal, principalmente quando ele instaura um inquérito que não é da competência dele... Não é da competência de juiz nenhum instaurar inquéritos neste País. Inquéritos cabem ao Ministério Público e à autoridade de Polícia Judiciária Militar ou de Polícia Judiciária Civil. Inclusive, eu, como autoridade de Polícia Militar, já instaurei inquérito. Já tive essa oportunidade. A lei me confere esse poder, e não a um juiz. Mas o próprio Alexandre de Moraes, o grande violador da Constituição, é o primeiro a defender... Eu acompanhei aquela tese dele onde ele defende a imunidade plena. Então, se o nobre Ministro, que não aceita ser criticado, defende a imunidade plena, quem sou eu para discordar do nobre Ministro? Mas o ponto-chave, além dessa questão da discordância, é que eu entendo, nobre Deputada, que a posição dos nossos Parlamentares tem que ser firme. Mais uma vez, nós estamos falando de grupos ligados a redes que atuam como terroristas. Em qualquer outro país... Eu já tive — e acredito que a senhora também — a oportunidade de estar na Europa. Esse tipo de conduta lá fora é considerado terrorismo. Então, a fala do Deputado tem que ser firme. Paraphraseando o Prof. Olavo de Carvalho, você não pode chamar um pedaço de estreme a não ser pelo nome dele. Então, autoridades que se

portam como um pedaço de estrume — a senhora, com todo respeito, não me entenda mal — têm que ser tratadas pelo nome. E aí a gente vê uma vergonha que este País está passando, inclusive nesta CPI aí, onde autoridades que têm condutas deploráveis, que deveriam estar presas, estão inquirindo pessoas e se portando como juízes morais de alguém, onde não têm moral nenhuma para falar.

Se você fala para um grupo de antifas... E eu fiz questão de lembrar 2013: nós tivemos um policial que teve o corpo queimado numa manifestação. Ele foi queimado, teve o corpo todo — pelo menos 70% do corpo — queimado pelo arremesso de um molotov que esses antifas, os *blacks blocs*, fizeram. Então, assim, esses marginais, eu não vou chamá-los de manifestantes. Manifestante é o cidadão de bem que paga seu imposto e vai lá dizer se ele é a favor do Governo. Ele quer o fim da Polícia Militar? É um direito dele pedir o fim da Polícia Militar, assim como é meu direito pedir o fechamento do STF, que é uma instituição que não representa os interesses do povo. Pode representar lá o André do Rap, do PCC, pode representar o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, como... Com essa última decisão aí do Ilmo. Ministro Fachin de proibir operações, eles podem

representar qualquer um, menos o povo. Então, é livre o direito de manifestação, sendo vedado o anonimato — art. 5º da Constituição. Eu estou protegido pelo art. 5º. Eu posso emitir a minha opinião, seja contra o fim da PM, seja contra o fim do STF. É meu direito constitucional. O que eu não posso é agredir um Ministro, física ou verbalmente. O que eu não posso é agredir um policial, física ou verbalmente. E o que esses marginais fazem nas manifestações é partir para a agressão. E aí, Deputado, lembrando, o senhor está ali como Deputado, representante do povo, mas o senhor é policial. Então, cabe, sim, ao senhor tomar uma atitude, qual seja, efetuar a prisão, volto a dizer, ou verbalizar: "*Abaixa essa arma!*", "*Entrega esse pedaço de pau!*", "*Joga essa pedra no chão*", "*Se um de vocês vier, eu vou deixar um de exemplo!*" Isso tudo são verbalizações que a gente aprende na escola de polícia. São verbalizações diante de um cometimento ou da possibilidade de um cometimento do ato de violência. Você verbaliza para evitar a ação. Eu entendo — é a minha análise — que o senhor verbalizou para evitar uma ação mais violenta. E aí aqueles que se dizem garantidores dos direitos humanos, defensores dos direitos humanos, vão pensar que a sua conduta ali, Deputado, salvou uma vida, porque, se o senhor não verbaliza e aquele marginal... A conduta dele está

moldada no que é preconizado pelo Código Penal, então ele é um marginal, ele está à margem da lei. Se aquele marginal arremessa uma pedra contra uma senhora ou contra o senhor ou contra um filho nosso, o senhor vai ter que fazer o uso da sua arma de fogo, como a gente aprendeu: *body, body, head*, dois no peito e um na cara. Então, dentro disso, dentro desse conceito, dessa análise, o senhor salvou uma vida. Eu acho que o senhor deveria ser homenageado, e não objeto de um Conselho de Ética.

O SR. ELITUSALÉM GOMES DE FREITAS – (...) Só que o que está acontecendo com o senhor, Deputado — o senhor me permite minha opinião pessoal —, é um escárnio, é uma afronta à Constituição, é uma caça às bruxas, na verdade, porque o senhor vem levantando bandeiras como o projeto que pune as Big Techs. E aí mexeria em bilhões de dólares, mexeria no bolso de pessoas importantes, quando eles caçam as contas, suprimem vídeos sem qualquer fiscalização, como se eles estivessem ao arrepio da lei, como se o Código do Consumidor não chegasse a eles, eles estivessem acima da lei. Da mesma forma é aquela outra CPI, para a qual o senhor estava colhendo assinatura, sobre a fraude nas eleições. A gente tem aí um sistema travando durante 4 horas, foto sumindo, pessoa que não teve nem seu voto, candidato

que não teve o próprio voto, candidato que não saiu de casa. Os candidatos do PSOL não saíram de casa para fazer campanha e foram extremamente votados. Nós temos falas do Ministro Barroso completamente distorcidas, enfim. E o senhor estava pautando isso. Então, eu entendo que o senhor incomodou o sistema, e é por isso que o senhor está aí, não é pelo que o senhor falou. Este País vive uma crise de hipocrisia, uma hipocrisia que chega a dar ânsia de vômito. Alguns podem tudo, outros não podem nada, nem o que a lei os respalda a fazer.

O SR. ELITUSALÉM GOMES DE FREITAS - Não, defensor. Eu acho que tudo foi bem falado, foi bem explorado. Só assim, como população — eu não falo mais como Parlamentar —, eu espero que esta Câmara se dedique a causas mais importantes do que perseguir um Deputado. Para mim, isso é vergonhoso. (...)” (grifos nossos).

Por sua vez, o Deputado Daniel Silveira, ora Representado, em sua manifestação defensiva, asseverou:

- a) Que reconhece que se excedeu, saindo de uma manifestação acalorada;
- b) Que xingar palavrão não é considerado crime;
- c) Que não teve ameaça, juridicamente falando;

- d) Que manifestações de qualquer natureza, fazem parte do ofício do Parlamentar;
- e) Que não se pode julgar nenhum parlamentar por um momento de emoção, senão os deputados de oposição deveriam estar presos de forma perpétua.

A conclusão inexorável é que tanto o Representado, como as testemunhas de defesa que vieram em seu reforço, acreditam piamente que as condutas agressivas, odiosas, intimidadoras, ameaçadoras, inclusive em relação à própria vida de terceiros, veiculadas no vídeo que fundamenta essa Representação, são comportamentos que podem ser justificados e que encontram amparo no texto da Constituição Federal.

Não obstante, o que se extrai do vídeo anexado aos autos e reproduzido nesse Colegiado, é que o Deputado Daniel Silveira, utilizando um linguajar que não se mostra consentâneo com a postura de um Parlamentar Federal, mas que vem sendo reiterado por este nos últimos dias, adota inquestionavelmente um tom belicoso e ameaçador em relação a terceiros (antifascistas) que possam, de alguma forma, expressar posições políticas e ideológicas diversas daquelas defendidas por ele.

O próprio representado afirma, no vídeo publicado em suas redes sociais e posteriormente, durante sua oitiva nesse colegiado que foi chamado para a briga e também chamou para a porrada os manifestantes do grupo

antifascista, muito embora o que fora publicado (e que é objeto dessa Representação) só aponte para a segunda conduta.

Ademais, há na publicação realizada pelo Representado uma perigosa e desnecessária incitação às forças de segurança pública (polícia militar) para que reprimam com violência o movimento antifascista, o que se mostra incompatível com a posição que deve adotar um órgão de Estado e, principalmente, um Parlamentar Federal, diante de toda carga de responsabilidade que carrega com a sua representação popular.

A fala agressiva, raivosa, desnecessária, no sentido de atirar na “caixa do peito” dos manifestantes daquele contexto específico, para além das tipificações penais (ameaça, legítima defesa), tem em si o componente veiculador de ódio, de intolerância com o dissenso, da imposição da força em detrimento do diálogo, circunstâncias que distanciam tais condutas, não só dos deveres éticos inerentes à representação popular, como da própria imunidade material assegurada na Constituição Federal.

Como dito linhas atrás, não se está aqui a analisar se o Deputado ameaçou alguém do ponto de vista processual penal, mas se o seu comportamento, ao disseminar um discurso de ódio, recheado de intimidações e promessas de causação de um mal maior (tiro na caixa do peito) encontram ou não abrigo, na imunidade parlamentar material.

Em nossa compreensão, a imunidade parlamentar material que ampara o direito de opiniões, palavras e votos, na exata medida em que não pode ser compreendida como um direito absoluto, podendo, portanto, ser afastada, como vem afirmando o Supremo Tribunal Federal, não se perfila com condutas que se mostram incompatíveis com as ações que se espera de um representante popular e não abrange, da mesma forma, comportamentos abusivos e ofensivos contra cidadãos ou instituições do Estado brasileiro.

A imunidade material, ademais, que é uma grande conquista da sociedade e do Parlamento, presente em praticamente todas as Cartas Políticas do País, não pode ser compreendida como um passaporte para a impunidade, não é um cheque em branco em que se pode preencher-lo com toda sorte de iniquidades, enfim, não pode ser usada para abrandar comportamentos reprováveis, reiterados, que vulneram a respeitabilidade do Parlamento e dos seus integrantes e estarrecem, dia após dia, a sociedade brasileira.

A imunidade material, nessa toada, não tem o condão de proteger ações, condutas ou comportamentos que maculam, reiteradamente, a Constituição Federal, os Poderes da República e seus integrantes, bem como as Instituições democráticas, de sorte que não pode ser reivindicada para contemplar ataques que atingem, diretamente ou indiretamente, a respeitabilidade do Parlamento e dos seus integrantes e assombram, diuturnamente os Poderes e as Instituições Democráticas.

Publicar vídeos nas redes sociais, de forma reiterada, com discursos de ódio, ameaças de causar mal físico grave, disseminação de intolerância política e de convivência democrática, adotando um linguajar que desqualifica a importância e a seriedade do cargo de representação popular, configura a ruptura completa dos preceitos morais que todo representante do povo deve cultivar e fortalecer, o que não vem ocorrendo em relação ao Representado.

A sociedade brasileira deseja de seus Representantes, independentemente das diferenças ideológicas ou das disputas políticas existentes numa sociedade plural, comportamentos que se mostrem mais equilibrados e que as posturas adotadas nesse vídeo, em especial, e em todas as suas manifestações públicas e privadas, observem a liturgia que deve pautar o desempenho da atividade parlamentar.

As falas do Deputado tornadas públicas, que substanciam a presente Representação, configuram verdadeiras exortações de ódio à parcela da população brasileira que ousa divergir das posturas políticas e das compreensões de mundo divisadas pelo Representado, o que não pode jamais ser admitido como normal ou abarcada pela imunidade material, na quadra democrática vigente.

As palavras e as condutas do Representado, que estão na base dessa Representação, ofendem a sociedade e o próprio Parlamento, na medida em que explicita, de forma indelével, que um Congressista eleito sob

os cânones democrático, repudia, para além das instituições e regras que permitiram sua eleição, todos os alicerces do pluralismo democrático inerente a uma Casa Legislativa e de uma sociedade que não comunga do pensamento e/ou ideologia uniforme, onde as diferenças, necessárias, são fundamentais para uma convivência harmoniosa e democrática.

Nossa avaliação é que as condutas do Representado são graves e demandam uma resposta firme desse Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e do Plenário da Câmara dos Deputados, que não pode silenciar diante de tantas acusações e comportamentos que aportam, cada vez com mais frequência, em desfavor do Representado, nesse Conselho de Ética.

Por outro lado, o instituto do Decoro não pode ser objeto de menoscabo. O decoro parlamentar, como um código de honra, precisa se referir aos valores de uma época e de um grupo. Vem daí sua necessária imprecisão, sua natureza avessa à plena tradução em atos especificados juridicamente. O decoro, assim, tem que ser sempre localizado, temporal e socialmente, pois deve contemplar padrões de conduta específicos, não se esgotando em ideais universais da humanidade. Disso advém a importância do *caput* do artigo 244 do Regimento Interno da Câmara, que incluiu na definição de quebra de decoro parlamentar “*praticar ato que afete a sua dignidade*”, deixando margem para a avaliação contextualizada de condutas.

Noutro giro, conquanto as ações descritas na inicial e corroboradas durante a instrução sejam, em nossa avaliação, relevantes e

graves, entendemos à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não se tratar de uma realidade, diferentemente de outras iniciativas que tramitam nesse Conselho em desfavor do Representado, capaz de suscitar uma orientação de perda do mandato parlamentar.

As intimidações, ameaças, discurso de ódio e intolerância não podem e não devem fazer parte do repertório de quem se propõe a integrar uma Instituição Parlamentar, onde a convivência com a pluralidade de ideias é fundamental e necessária para a construção de uma sociedade livre e democrática.

Todos esses predicados foram ignorados pelo Representado, de modo que aos seus pares cumpre reafirmar a necessidade de uma maior deferência e valorização da diversidade democrática, como corolário para a construção de uma sociedade livre e plural, em que a única arma esteja pautada pela disputa de ideias e programas, pautados por um comportamento probo, leal e respeitoso entre todos os contendores.

Não havendo, nas condutas do Representado, guarida constitucional à luz da imunidade material, nossa posição, substanciada na estrita razoabilidade, é de que o colegiado deve aplicar ao Representação uma sanção correspondente às práticas aqui repudiadas.

Assim, forte no que estatui o parágrafo único do art. 10 do Código de Ética, especialmente a natureza e gravidade da infração, além dos comportamentos antecedentes reiterados (independentemente de terem

sido concretizados ou não em punição ética pretérita), entendemos como suficiente para responder à falha disciplinar, a aplicação da pena de suspensão do exercício do mandato parlamentar pelo prazo de 3 (três) meses.

III – CONCLUSÃO.

Face ao exposto, votamos pela procedência da Representação e pela aplicação ao Deputado Federal Daniel Silveira, da pena de suspensão do exercício do mandato parlamentar pelo prazo de 3 (três) meses, na forma do Projeto de Resolução que se segue.

Ademais, em sendo aprovado o presente voto e levando-se em consideração o comportamento do Representado aqui descortinado, com demonstração de elevada agressividade e intolerância, sugiro ao colegiado, que adira à orientação de encaminhar ao Ministério Público Federal uma recomendação de buscar, junto ao Poder Judiciário, a suspensão do Porte de Arma do Representado, tenham ou não esta medida já sido alcançada com a prisão domiciliar a que ele está submetido nesse momento.

Sala das Comissões, em de junho de 2021.


Deputada Prof. Rosa Neide
Relatora

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Projeto de Resolução nº, de 2021)

Declara a suspensão do exercício do mandato parlamentar e de todas as prerrogativas do Deputado DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, pelo prazo de 3 (três) meses, pela prática de ato atentatório ao decoro parlamentar.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º. Fica declarada a suspensão do exercício do mandato parlamentar e de todas as prerrogativas do Deputado Federal DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA, pelo prazo de 3 (três) meses, pela prática de ato atentatório ao decoro parlamentar, com fundamento nos artigos 3º, III, IV e VII, 5º, X e 14, caput e §1º, do art. 14, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala do Conselho, em, dede 2021

Deputada Federal Prof. Rosa Neide
Relatora

Deputado Federal Paulo Azi
Presidente